SETEMBRO/OUTUBRO 2004 ■ ANO XIX ■ Nº 636 ■ SEG 27 ■ TER 28 ■ QUA 29 ■ QUI 30 ■ SEX 1 ■ SÁB 2 ■ DOM 3 ■ sintufrj.org.br ■ sintufrj@sintufrj.org.b

JORNAL DO Sintufrj
FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

APOSENTADOS ESPECIAL

- Indignação com taxação
- Os cuidados com a próstata
- Uma receita muito especial

28% ameaçados: Nova investida da AGU sobre os nossos direitos. Mais informações na assembléia de quarta-feira. *Página 2*

Plano de Carreira

Governo e Fasubra resolvem pendências

A direção nacional da Fasubra informou que acertou com o governo os pontos do Projeto de Lei que implanta a carreira da categoria. As alterações no texto serão feitas no Congresso através de substitutivo. *Página 3*

ASSEMBLÉIA GERAL NESTA QUARTA, DIA 29, ÀS 10H, AUDITÓRIO DO CT

BANCÁRIOS

Categoria faz greve histórica e abre confronto com o setor financeiro. *Página 12*

Neurologia

Reitor decide quem vai mandar. *Páginas 4 e 5*

Garagem

Reitoria vai transferir fábrica. *Página 11*

Autoritarismo

Funcionários da Escola de Música reclamam. *Página 9*

A luta contra Armênio

Cerca de 300 estudantes da Faculdade de Direito ocuparam a sessão do Conselho Universitário exigindo posição da Reitoria e dos conselheiros para impedir o retorno do diretor Armênio Cruz à direção da entidade. Afastado em março, Armênio reassumiu a direção da instituição na terça-feira, 21, através de uma liminar. A estudantada também ocupou o gabinete de Armênio na faculdade (foto). *Página 6*

Segurança de carro novo

Páginas 8 e 9

AGU ameaça 28%

A Advocacia-Geral da União (AGU) abriu nas últimas semanas uma frente de questionamento jurídico contra a incorporação dos 28,86% pela categoria. Para atingir o seu objetivo, os procuradores da AGU também estão construindo *lobby* político nos corredores da Justiça, no Rio de Janeiro, e nos corredores do poder, em Brasília. Impossibilitados de derrubarem o mérito da ação dos 28%, os membros da AGU procuram se ancorar em argumentos inconsistentes e manobras para impedir que os trabalhadores recebam o índice.

Desembargadores

A decisão da 6ª Turma de Desembargadores não se pronunciou sobre o mérito da ação – o que é, no mínimo, uma incongruência: não é razoável que um grupo de juízes tome uma decisão que pode vir a afetar a vida de mais de 11 mil trabalhadores, acatando um requerimento de efeito suspensivo, sem conhecer o mérito da ação.

"O que tem que ficar claro é que os cerca de 11 mil trabalhadores beneficiados com a ação dos 28% não perderam a incorporação, não perderam o direito aos 28%", sustenta André Viz, assessor jurídico do SINTUFRJ, que aguarda a publicação do acórdão (sentença) da 6ª Turma para identificar as providências a serem tomadas. "A decisão da 6ª Turma não invalida o direito dos servidores porque a decisão que determinou a incorporação é anterior ao processo de execução coletiva movido pelo Sindicato – o qual foi apreciado no recurso de apelação julgado pela 6ª Turma. Portanto, os efeitos da decisão que atribui ao recurso o efeito suspensivo não podem subtrair o índice dos contracheques. Qualquer supressão seria ilegal", sustenta André.

Entenda o caso

1 – A primeira sentença favorável aos funcionários da UFRJ na ação dos 28% é de março de 1997, quando os trabalhadores chegaram a ter incorporado o índice durante dois meses. O governo deixou de cumprir a decisão durante 5 anos e 8 meses. Mas a incorporação efetiva, com a sentença transitado em julgado, aconteceu a partir de dezembro de 2002.

2 – A partir de 2003, a direção do Sindicato começou a se movimentar em busca do pagamento administrativo dos atrasados dos 28% (justamente o que deixou de ser pago durante 5 anos e 8 meses). Esta movimentação envolveu a Reitoria, através da PR-4.

3 – A articulação em busca dos atrasados dos 28% envolveu várias reuniões no Ministério do Planejamento, avançando numa saída administrativa para o assunto. Discutia-se em Brasília os valores envolvendo a ação mas, do ponto de vista jurídico, o Ministério do Planejamento, para cumprir a formalidade, solicitou da Procuradoria da UFRJ uma carta com informações sobre o processo.

4 – A PR-4 conduziu o caso junto à Procuradoria da universidade de forma diferente e o procurador foi buscar, sem necessidade, um parecer da AGU no Rio de Janeiro, sem conhecimento do Sindicato. Foi o bastante para que a AGU fizesse uma petição à Justiça e recolocasse em pauta uma interpelação feita no processo dos 28% que questionava a legitimidade do Sindicato na ação em 1999. Na interpelação, a AGU questionava o mérito da ação e pedia efeito suspensivo.

5 – No início da semana passada, a desembargadores da 6ª Turma do Tribunal Regional Federal, sem conhecer o histórico do processo dos 28%, não discutiram o mérito da ação, como queria a AGU, mas acataram parte da petição e concederam o efeito suspensivo do pagamento do índice.

6 – A decisão do Tribunal fragmenta a execução da ação, tornando-a individualizada, ou seja, o Sindicato teria que mover uma execução para cada um dos servidores. A AGU alega , ainda, que a universidade não era obrigada a acatar a determinação da incorporação.Trata-se de um procedimento que atenta contra o Direito Constitucional que detêm os sindicatos para representarem os interesses dos trabalhadores quando estes são atingidos – direito assegurado pelo artigo 8º, inciso III, da Constituição Federal.

Esclarecimento necessário

Na assembléia de 17 de setembro surgiu uma discussão sobre o posicionamento dos técnicos-administrativos nas eleições de 2004. Foi uma reunião marcada pela indignação da maioria dos companheiros em relação ao governo, identificado como traidor no processo de negociação de implantação do projeto de carreira. Para buscar um sentido prático a esta indignação, apontou-se (a maior parte dos presentes) para rejeitarmos o voto nos partidos da base de sustentação do governo Lula – nem em coligações onde os partidos do governo estejam presentes. É óbvio que a assembléia deixou implícito que esta posição não significa esquecer os tradicionais partidos da direita, hoje na oposição, como PSDB e PFL.

Ao final de reunião, decidiu-se abrir o jornal do Sindicato para as diversas posições apresentadas ali para posterior deliberação.

No entanto, o texto que leva minha assinatura publicado na edição nº 635 não reflete a plenitude de minhas posições sobre o tema. Não por má-fé dos demais signatários, mas por um problema de comunicação: não pude estar presente na sua confecção.

Agnaldo Fernandes

Servidores estaduais agredidos

Os servidores estaduais foram retirados à força da Assembléia Legislativa, na última terça-feira, 21. Os funcionários invadiram o plenário da Assembléia em protesto por não terem sido recebidos pelos deputados, como havia sido acordado. Em greve há mais de três meses, os servidores estaduais lutam pelo reajuste salarial. Essa foi a segunda vez que o governo usa de violência contra os servidores estaduais. No dia 16, a polícia militar foi chamada para reprimir uma manifestação dos servidores em frente ao Palácio Guanabara.

notas

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Entre os dias 18 e 24 de outubro será comemorada a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. A UFRJ está preparando várias atividades com o objetivo despertar na população o interesse pela ciência. A programação está disponível no *site* www.extensao.ufrj.br/encontro.

FACULDADE DE DIREITO

Reunião dos funcionários da Faculdade de Direito nesta terça-feira, dia 28, às 13 horas, na sala de seminários do 3º andar. Em pauta a avaliação da situação atual e encaminhamentos.

JORNAL DO SINTUFRJ
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CGC:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Antonio Gutemberg Alves do Traco, Neuza Luzia e Gerusa Rodrigues / **Edição:** L.C. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha . **Estagiárias:** Leticia Baumann e Elisa Monteiro / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto e Caio Souto / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Niko/ **Revisão:** Roberto Azul / **Assistente de produção:** Jamil Malafaia / **Secretária:** Kátia Barbieri/ **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. Tels: 2560-8615/2590-7209 ramais 214 e 215.

Pendências resolvidas, segundo a Fasubra

Alterações serão feitas no Congresso através de substitutivo

A direção nacional da Fasubra informou que todos os pontos destacados pela Federação no texto do Projeto de Lei da estruturação do Plano de Carreira apresentado pelo governo na sexta-feira, dia 17, foram resolvidos na reunião com o governo na última quarta-feira, dia 22. De acordo com a Fasubra, a redação final do texto do projeto foi consensuada entre o governo, a Fasubra e o Sinasefe.

A assessoria parlamentar do MEC divulgou que o PL foi apresentado no dia 21 ao Plenário e recebeu o número 4177/04, e que foi encaminhado à Comissão de Educação. Nesta comissão, será remetido para um relator da base do governo a ser indicado pelo presidente da comissão, deputado Carlos Abicalil. Consoante a Fasubra, o texto da redação final será encaminhado para o relator para ser incorporado ao seu substitutivo e enviado para o Plenário.

A Câmara retomará seu funcionamento normal no dia 6 de outubro. As medidas provisórias com prazos vencidos têm prioridade de votação em Plenário, mas a comissão de acompanhamento do PL acertou com o líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho, que, em seguida à liberação da pauta com a votação das medidas, entrará com um pedido de prioridade de votação para o PL da Carreira. A partir do dia 5 a comissão estará pressionando parlamentares pela aprovação do Projeto.

Receba por e-mail o acompanhamento do PL

Na página www.camara.gov.br, do lado direito ao alto, clique em Projeto de Lei. Digite o número do PL (4177) e o ano (2004). Clique na palavra "pesquisar". Abre-se a página de consulta à tramitação. Desça até o fim da página. Clique em "Cadastrar para Acompanhamento". Depois, clique em "Novo Usuário" e preencha com e-mail e senha.

Pontos destacados foram resolvidos

O Projeto de Lei que o governo mandou para o Congresso havia sido modificado, sob o argumento de que eram necessários "ajustes de redação". Os pontos que o governo alterou no texto que deu origem à assinatura do Termo de Acordo foram pauta da reunião na sexta-feira, dia 17, entre representantes da Fasubra, Sinasefe, MEC, Planejamento e Casa Civil. Em nova reunião no dia 22, para a busca de consenso sobre as questões pendentes, dos pontos destacados pela Fasubra na versão do governo, todos foram resolvidos, segundo informe da Federação. A Fasubra enviou, na sexta-feira, dia 24, o texto do PL com a incorporação dos ajustes e comunicou que o conteúdo do projeto está disponível na sua página eletrônica.

Os pontos revisados, de acordo com a Fasubra

No artigo 3º, inciso VII – "Desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais". Entendemos que o *caput* do artigo garante que este inciso está referindo-se ao desenvolvimento no Plano de Carreira. Além disso, nossa preocupação de garanti-lo aos titulares de emprego está contemplada na redação do art. 23;

No artigo 5º – O conceito de Nível de Capacitação foi totalmente contemplado, inclusive com o retorno da denominação "Nível de Capacitação"; já no conceito de Classe, estará mantido o seu conteúdo, mas a denominação foi alterada. Propusemos a denominação "Nível de Classificação", que foi acatada. Para nossa resolução o fundamental é que o conceito não seja alterado.

No artigo 8º – Foi proposta, pelo governo a expressão "...atividades técnicas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino", em substituição à sua proposta anterior que era "...atividades de apoio técnico-administrativo à pesquisa e à extensão". Não aceitamos esta separação entre técnico e administrativo e o texto ficou, então, assim definido: "...atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão".

No artigo 10 – O governo aceitou retomar a denominação "progressão por capacitação profissional", com o entendimento de que efetivamente não se trata de promoção, uma figura que, conceitualmente no RJU implica em provimento de cargo, o que não é o caso. Trata-se apenas de acúmulo de capacitação que motiva mudança de Nível de Capacitação.

No artigo 12 – O governo aceitou retomar a redação original, que vincula a regulamentação das relações diretas ou indiretas dos cursos com ambientes e cargos às Diretrizes (segundo o parágrafo segundo do artigo 24, diretrizes nacionais estabelecidas em regulamento, no prazo de cem dias a contar da publicação da lei).

No artigo 23, inciso II – O governo definiu acatar o acordado na reunião anterior, ou seja, explicitar que os titulares de emprego têm direito ao desenvolvimento da matriz hierárquica.

No artigo 26 – Segundo o governo, no *caput* do artigo já está explícito que se trata dos efeitos financeiros, porém o governo substituiu no texto a expressão "a partir de" por "com início em" 1º de março.

ELEIÇÃO

Reitor decidirá destino da Neurologia

Foto: Niko Júnior

1º DE SETEMBRO. Cenário da apuração dos votos da eleição no Instituto de Neurologia, que teve outros desdobramentos

O novo diretor *pro tempore* do Instituto de Neurologia Deolindo Couto deverá ser escolhido pelo reitor, Aloísio Teixeira, nesta terça-feira, na reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva. A informação é do chefe de gabinete, João Eduardo. O novo diretor substituirá o atual, Gianni Temponi, que se aposentará pela compulsória no dia 9 de outubro.

Está foi a solução que o decano e presidente do Conselho de Coordenação do Centro de Ciências da Saúde, João Ferreira, encontrou para solucionar o impasse relacionado com a eleição no instituto. João Ferreira emitiu um parecer sobre o processo eleitoral que envolveu a exclusão dos alunos da Fonoaudiologia do colégio eleitoral. Ferreira apresentou sua decisão na sessão de segunda-feira, dia 20.

Exclusão da Fono

Após um caloroso debate, os conselheiros também se posicionaram sobre o documento encaminhado pela comissão eleitoral. E, por 12 votos a 9, rejeitaram as explicações da comissão. O impedimento dos alunos da Fonoaudiologia de votarem na eleição do novo diretor foi o motivo da polêmica que levou o reitor a designar o Conselho do CCS para discutir a questão e apresentar uma solução. Somente os professores do curso de Fonoaudiologia puderam votar. Em seu parecer, o decano sugere que o reitor "exerça seu poder de nomear uma direção *pro tempore*, fruto da união dos sobreviventes do longo percurso de dificuldades do instituto". A decisão, então, foi transferida para as mãos do reitor Aloísio Teixeira.

Neurologia se defende

O presidente da comissão eleitoral, professor Luiz Duro, disse que a comunidade está passando um abaixo-assinado que será levado ao reitor, porque entende que o processo foi legítimo e que o eleito, professor José Mauro Brás de Lima, tem de ser o novo diretor do instituto. Segundo ele, durante todo o processo a comissão não recebeu nenhum documento solicitando a inclusão de quem quer que seja no colégio eleitoral. "Os alunos da Fonoaudiologia cometeram um grave erro ao passarem por cima da comissão e ir direto ao reitor. Pode ser que nos convencessem. Mas não tivemos oportunidade de fazer qualquer julgamento de mérito porque não foi solicitado."

José Mauro Brás de Lima reafirmou que não existe projeto ou documento que demonstre a integração efetiva dos alunos de fonoaudiologia às atividades acadêmicas do Instituto de Neurologia. "Nenhum professor de medicina do instituto participa de atividades acadêmicas da Fono, oficialmente. Os atendimentos de pacientes feitos pelos alunos do curso não têm supervisão de nenhum médico do instituto; eles só utilizam pacientes da Neurologia para treinamento."

Direito reconhecido

Para as professoras da Fonoaudiologia, Claudia Drumond, Vânia Pavão e Mônica Rocha, a votação dos conselheiros reforçou a reivindicação que fazem desde 1996 pelo reconhecimento dos direitos dos docentes. Elas afirmaram que desde essa época grande parte das atividades acadêmicas do curso é realizada no Instituto de Neurologia. Mas em 1998 os professores foram impedidos de participar do processo eleitoral da unidade. No entanto, para elas o mais importante de tudo foi o reconhecimento agora, pelo Conselho do CCS, de que a Fonoaudiologia faz parte do corpo social da Neurologia.

Na sessão do Conselho, Claudia Drumond leu a "Carta à comunidade universitária da UFRJ", que informa sobre as atividades acadêmicas da Fonoaudiologia no Instituto de Neurologia. O manifesto informa que atualmente 152 alunos do curso fazem sua formação profissional no instituto. Atuam no serviço de triagem ambulatorial e no atendimento de 16 ambulatórios, distribuídos por diversas áreas, sob a supervisão de 18 professores, e que essas atividades de extensão geram, em média, 1.600 atendimentos mensais.

A eleição

Sobre a eleição, a carta esclarece que somente no dia 27 de setembro, três dias antes do início da votação, é que a comissão eleitoral divulgou que os alunos da Fonoaudiologia não poderiam votar. E que ao procurarem o reitor foram orientados por ele a fazerem uma eleição paralela. A apuração dos votos dos alunos teria ocorrido na presença dos três candidatos. O Conselho do CCS, na reunião do 13, não reconheceu esse resultado, e na sessão do dia 20, decanos e conselheiros criticaram o método. Para eles, eleição paralela é revisionismo e um precedente perigoso para toda a comunidade da UFRJ. A maioria também condenou a adoção do voto universal.

CARTA ABERTA *

O Curso de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da UFRJ completa 10 anos, agora em 2004. Desde **1996**, grande parte de suas atividades acadêmicas vem sendo realizada no Instituto de Neurologia Deolindo Couto/ INDC. Inicialmente com aulas teóricas e estágio curricular. Posteriormente, tendo sido as aulas teóricas realocadas para o CCS e HU, foram mantidos no INDC os ambulatórios do estágio curricular, que correspondem aos 2 últimos semestres acadêmicos do curso e os programas de triagem, envolvendo alunos de outros dois semestres.

Atualmente, portanto, no INDC, são oferecidos para a formação profissional de 152 alunos**, o serviço de triagem ambulatorial e o atendimento em** 16 ambulatórios**, distribuídos nas áreas de linguagem, motricidade oral, voz e audiologia, sob a supervisão de** 18 professores**. Estas atividades de extensão geram, em média,** 1600 atendimentos mensais**. Nota-se, portanto, que a presença do curso de Fonoaudiologia no INDC não é casual nem esporádica, mas efetiva. Entretanto, esta presença tem sido recorrentemente negligenciada, ao sabor das conveniências políticas deste instituto.**

Em 1998, durante a eleição para a direção, os professores e alunos do curso de Fonoaudiologia foram impedidos de votar, com a argumentação de que faziam parte do CCS, não do INDC. Cabe lembrar que, à época, o voto era proporcional e o peso do voto de professor era de 70 %. Agora, em 2004, novamente em eleição para direção, mas com o voto universal, a comissão eleitoral entende que os professores têm direito de votar, mas impedem os alunos de fazê-lo, levando à conclusão, óbvia, de que, em razão de seu contingente, poderiam decidir os rumos da eleição, contrariando os interesses políticos vigentes.

Chama a atenção, ainda, a forma como procedeu a comissão eleitoral, pois somente na sexta-feira , dia 27/08, após um debate na véspera com todos os candidatos, em que compareceram alunos e professores da Fonoaudiologia, esta comissão divulgou que os alunos não participariam do processo eleitoral.

Inconformados com esta situação, e reivindicando seu direito de voto, pois trata-se de uma consulta à comunidade do INDC, os alunos foram à reitoria neste mesmo dia e conversaram com o Prof. José Roberto, pró-reitor de graduação, que os orientou a procurar o reitor na segunda-feira, 30/08, dia do início da eleição. Neste dia o reitor recebeu um grupo de alunos acompanhado por três professoras do curso de Fonoaudiologia e instruiu o grupo a fazer um eleição paralela e enviar o resultado para seu gabinete na quinta-feira (02/09). As instruções do reitor foram prontamente atendidas e a apuração dos votos dos alunos apresentou um resultado diferente daquele da urna oficial. Fica claro que este resultado não é senão o fruto colhido após anos de neglicência e desrespeito com o qual o Instituto tem tratado o curso de Fonoaudiologia, dentre outros aspectos, manipulando de forma oportunista seu direito de participação e decisão como membro legítimo da comunidade universitária da UFRJ e daquele Instituto.

O cenário político adverso que se apresenta no INDC é **INACEITÁVEL**, ou seja, interesses específicos determinando a inclusão ou exclusão do voto dos corpos docente/discente da Fonoaudiologia, definição particular de quem pertence ou não ao quadro social do INDC e escolha de voto proporcional ou universal a partir de critérios eleitoreiros. E como se não bastasse, o direito de voto do professor da Fonoaudiologia é qualificado como uma questão de ***gentileza*** para uma ***futura*** integração, como foi divulgado no jornal do Sintufrj (nº 633).

Perguntamos:

Quando, num sistema que se pretende democrático, o voto deixou de ser um direito para se tornar uma gentileza, uma benevolência? E a partir de que critérios democráticos se faz calar a expressão de vontade de 158 alunos que participam ativamente da vida universitária?

Ser conivente com esta situação significa romper com os princípios que estão na base do ideário de construção desta Universidade, que, para além de formar tecnicamente, tem o compromisso de formar para a vida e para o exercício da cidadania, de forma democrática e ética.

Assim sendo, o corpo social do curso de Fonoaudiologia manifesta o seu repúdio à forma como a eleição para a direção do INDC vem sendo conduzida. É inaceitável que, num momento em que todo o Brasil se prepara para eleições, reproduzamos ou nos calemos para práticas que sempre criticamos, seja ela na esfera das instituições ou do Estado.

* *Texto encaminhado pela professora do Curso de Fonoaudiologia Cláudia Drummond*

CARTA ABERTA*

Lendo algumas matérias dos Jornais do Sintufrj e Adufrj, observei que existe uma grande confusão para com o processo eleitoral do INDC, processo eleitoral este que escolheu o novo Diretor Pró Tempore em função da aposentadoria compulsória do atual diretor.

Primeiro cabe esclarecer que o corpo social de cada unidade tem a prerrogativa de escolha do seu dirigente para que seja nomeado pelo Reitor, pelo menos tem sido desta forma até o presente momento. No caso deste processo eleitoral a comunidade do INDC imbuída de um maior espírito democrático que reina em nosso país resolveu optar por não aplicar a Legislação pertinente que trata de pesos diferenciados para os segmentos Técnicos Administrativos, Docentes e Alunos e aplicou o voto universal. Esta forma de voto universal foi utilizada por alguns poucos para criar confusão junto aos alunos e fomentar que o voto universal deveria universalizar os votantes da unidade permitindo assim que membros de outras comunidades, como é o caso dos alunos de fonoaudiologia que pertencem a Faculdade de Medicina, pudessem votar neste processo, só pelo fato de estarem localizados geograficamente na unidade. Se fosse desta forma poderíamos reivindicar a votação em todos os processos eleitorais das unidades que estejam num mesmo prédio, como é o caso do Inst. De Biologia no bl.”A” e o Inst. De Nutrição no bl “J” do prédio do CCS.

O conselho de Centro do CCS em reunião no dia 13/09/04 discutiu o processo eleitoral e fez crítica a forma de escolha do voto universal e rejeitou veementemente o processo eleitoral paralelo em urna separada realizada pelos alunos de fonoaudiologia que continham 120 votos, sendo 119 para candidata daquela unidade. Em seguida os conselheiros deliberaram por 10 votos a 09 que aceitaria a consulta feita pela comunidade e que enviaria pedidos de esclarecimentos ao presidente da comissão eleitoral para justificar o porque de ter aceitado no colégio eleitoral os docentes da fonoaudiologia e não ter aceitado os alunos. No conselho do dia 20/09/04 foi encaminhado para votação o aceite ou não da justificativa do Presidente da Comissão Eleitoral e por 12 votos a 09 o conselho rejeitou esta justificativa. Esta deliberação deixou a comunidade do INDC um pouco frustrada e com a impressão de que haveria rejeição do processo como um todo, porém é importante destacar que o Conselho pediu esclarecimentos formais ao presidente da comissão eleitoral para subsidiar novos processos eleitorais futuros, pois já havia deliberado que aceitaria a consulta e conseqüentemente reconhecia o resultado do processo feito de forma legítimo pela comunidade, já que a comissão eleitoral estaria representada pelos segmentos Técnicos Administrativos, Docentes e Alunos daquela unidade.

O que me espantou neste processo foi o fato da demagogia se sobrepor à razão, pois os alunos “foram orientados” por professores a fazerem um processo eleitoral paralelo. Agora eu me pergunto que responsabilidade é esta, que inclusive reivindica maior peso de votação docente? Porque será que os professores resolveram defender os alunos da fonoaudiologia, justamente quando debates de gabinetes apontam para criação do Inst. Do Cérebro? Acho que qualquer debate é super importante para crescimento institucional, desde que se inicie pela unidade de origem.

Por fim acredito que a mobilização dos técnicos administrativos e o espírito democrático do Reitor nomearão o Diretor conforme vontade expressa na urna da comunidade do INDC, permitindo desta forma a continuidade da tranqüilidade e da normalidade dos trabalhos que tanto engrandece a nossa universidade.

Rio de janeiro em 23 de setembro de 2004

** Francisco de Assis dos Santos*

Repres. Dos Técnicos Administrativos no Conselho do CCS

CRISE

Direito não quer Armênio de volta

Cerca de 300 alunos da Faculdade Nacional de Direito compareceram à sessão do Conselho Universitário na quinta-feira, dia 23, exigindo uma posição firme dos conselheiros e da Reitoria para o não-retorno do diretor à unidade. A representante do Centro Acadêmico, Letícia Passos, falou em nome dos manifestantes: "Estamos aqui para exigir que este conselho afaste imediatamente da nossa faculdade Armênio Albino da Cruz Filho e que garanta a segurança dos estudantes que ocupam o gabinete do diretor. A comunidade acadêmica não reconhece a legitimidade de Armênio para o cargo e não vamos permitir que ele volte para lá."

Foto: Niko Júnior

NO CONSUNI. Estudantes da Faculdade Nacional de Direito foram pressionar a Reitoria na reunião do Conselho

Armênio foi afastado do cargo em março por ato administrativo do reitor. Ele reassumiu oficialmente a função na Faculdade de Direito, na terça-feira, dia 21, amparado em liminar do desembargador Rogério Vieira de Carvalho. Esta é a segunda vez que ele retorna, por ato jurídico, mas não toma posse de fato do cargo. A reação dos alunos e da maioria dos funcionários é sempre a mesma: de revolta absoluta. Na quinta-feira, os estudantes também cobraram do Consuni o relatório da Comissão de Processo Disciplinar que apura, há seis meses, as denúncias de arbitrariedades cometidas contra alunos, técnicos-administrativos e professores da faculdade.

REITOR MUDA ATITUDE E SURPREENDE

Foram mais de quatro horas de discussão, e na avaliação de alguns conselheiros a intervenção judicial do desembargador na questão fere a autonomia administrativa da universidade. E tanto os estudantes como os representantes dos técnicos-administrativos e dos professores concordaram que o Conselho Universitário aprovasse posicionamento político pelo não-retorno de Armênio à direção da Faculdade de Direito.

O reitor, Aloísio Teixeira só chegou ao Conselho depois das onze horas e preferiu não substituir a vice-reitora na presidência da sessão. Mas fez uma intervenção e afirmou que não faria nenhuma declaração sobre o retorno do diretor afastado à Faculdade de Direito enquanto a comissão disciplinar não apresentasse seu parecer. E sugeriu que os conselheiros presentes fizessem o mesmo. Teixeira avisou também que não emitiria opiniões pessoais nem sobre o mérito do ex-diretor nem sobre as ações que os estudantes, professores e técnicos-administrativos planejavam fazer a partir de agora. Mas acrescentou: "A Reitoria não tomará nenhuma medida que impeça a livre manifestação do corpo social da Faculdade de Direito", esclarecendo que a "Reitoria está cada vez mais envolvida com as questões da faculdade e a luta pela sua reestruturação democrática."

Nem mesmo o apitaço e as camisetas e faixas com os dizeres "Somos todos contra Armênio" e "Com Armênio e Maria da Penha não dá e Por uma nova direção para a Faculdade Nacional de Direito" conseguiram sensibilizar o reitor e fazê-lo, como das outras vezes, se emocionar com as manifestações em favor da democracia acadêmica. Aloísio Teixeira justificou sua mudança de comportamento afirmando que o seu silêncio agora era necessário para garantir respaldo à futura punição que aplicará ao diretor, caso o parecer da Comissão comprove as acusações feitas contra ele. "Essa é a única maneira de garantir que não haverá embaraços e constrangimentos políticos no futuro", disse.

CONSUNI GARANTE APOIO CONTRA ARMÊNIO

Está prevista para o dia 29 de setembro a apresentação do parecer final da Comissão de Processo Disciplinar. Mas nem por isso o Conselho Universitário deixou de aprovar sete resoluções que respaldam a luta de resistência da comunidade do Direito à volta do diretor indesejado e a seguinte moção:

"O Conselho Universitário, diante da gravidade do conflito existente entre a atual direção e a comunidade da Faculdade de Direito, o que representa grave ruptura do tecido social da unidade, não reconhece na figura do professor Armênio Albino da Cruz Filho a liderança necessária para a reconstrução acadêmico-administrativa. Desta forma, recomenda que sejam viabilizadas pela atual Reitoria as providências jurídicas e políticas cabíveis para restauração da normalidade da instituição."

O debate mal começou

Tarso Genro disse que quando projeto de cotas for aprovado todas as universidades vão ter de se adaptar

Foto: Niko Júnior

DEU O QUE FALAR. A decisão do Conselho, há duas semanas, rejeitando a adoção de cotas, repercutiu em Brasília

A imprensa está dando a notícia como fato consumado: "UFRJ não terá sistema de cotas no vestibular", como registrou o jornal *O Globo* do dia 21 em matéria que menciona informações do *site* do SINTUFRJ. O Jornal do SINTUFRJ da semana passada informou que o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, no dia 15, posição contrária à adoção de qualquer tipo de reserva de vagas ou cotas nos cursos de graduação nas IES públicas. Para a maioria dos conselheiros, a democratização do acesso deve ser desenvolvida com medidas voltadas para aumento de vagas e garantia de permanência dos estudantes e não com cotas. Mas a despeito da posição do colegiado, da semana retrasada, a UFRJ pode, sim, continuar discutindo o tema. "Verificamos que as unidades estão pautando a questão das cotas nas Congregações. Então, a questão continua em pauta na UFRJ, motivada até mesmo pela decisão do CEG", explicou o pró-reitor de Graduação e presidente do colegiado, José Mayer.

De fato, o edital do concurso de 2005 foi fechado há mais de cinco semanas, sem previsão de reserva ou cota, mas o foi antes mesmo do assunto entrar em pauta para deliberação final do CEG. Portanto, é óbvio que este ano o vestibular não tratará de qualquer tipo de reserva. O ministro da Educação, Tarso Genro, disse aos jornais que respeita a decisão do conselho da UFRJ, a qual considerou ato de autonomia universitária, mas disse que quando for lei federal o projeto que cria o sistema de cotas em análise no Congresso, todas as universidades vão ter de se adaptar.

Posição infeliz

Para a representante dos técnicos-administrativos, Ana Maria Ribeiro, a intervenção do ministro foi infeliz, pois uma legislação "infra" (menor) não pode se sobrepor a uma legislação "supra", lembrando que, segundo o artigo 207 da Constituição, as universidades são autônomas: "Por exemplo, estamos fazendo a discussão do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) porque existem aspectos positivos, mas não estamos obrigados a seguir literalmente o que está lá."

Na sessão do CEG do dia 22, os conselheiros elogiaram sobremaneira a reportagem que muitos consideraram isenta do *JN*, com base no documento produzido pelas conselheiras Ana Canen e Ana Borralho, o qual detalhou os argumentos da decisão do colegiado. Editorial do *O Globo* também foi comentado. Diz o texto. "Será mais um equívoco do governo nessa área se não levar em conta a posição dos diretores de uma Universidade do porte e da experiência da UFRJ."

O contraditório no espaço de opinião do jornal, Wanderley de Souza, secretário estadual de C&T, argumenta que a experiência mostra que, em face da grande relação entre candidatos e vagas oferecidas, somente os melhores alunos dos grupos beneficiados pelas cotas ingressam na Universidade.

Os argumentos do Conselho

Na sessão de quarta-feira, dia 22, o CEG aprovou o documento produzido pelas conselheiras Ana Canen e Ana Borralho que detalha o processo de discussões que levou à decisão de rejeição das cotas.

"O mais recente projeto do governo fala em 50% para escolas públicas, incluindo critérios econômicos, étnicos e raciais, conforme Projeto de Lei 3627/2004. Este debate tem ocorrido na UFRJ e, no caso do CEG, vem constando da pauta de discussões das reuniões plenárias desde final de 2003", registra o documento que relaciona ações da Pró-Reitoria de Graduação como debates, seminários e estudos sobre o tema.

O CEG, segundo o arrazoado, compreende que o acesso já é democratizado, "na medida em que se trata de um processo claro, transparente e não-excludente, respaldado pela nossa Carta Magna, sendo que a representatividade diferenciada dos grupos da população neste acesso é compreendida por este colegiado como resultado de mecanismos e fatores estruturais que incidem na trajetória escolar, e não do processo seletivo propriamente dito. Assim, opta pela expressão 'ampliação da democratização de acesso'(...)".

O CEG reconhece a existência de condições desiguais de escolarização para pobres, negros, indígenas e outros, e que o quadro que envolve o aluno negro é agravado pela presença ostensiva ou velada do preconceito. Mas ressalta que o Brasil é um país mestiçado, "o que significa que nem sempre a partir do fenótipo "cor de pele" é possível se delinear tal identidade.

Segurança ganha força

Vigilância ganha frota equipada com giroscópio e radiotransmissores para rondas no *campus*

Foto: Niko Júnior

FROTA. Os carros já existem, mas agora é preciso mais vigilantes para cobrir o novo sistema de ronda durante 24 horas no Fundão

A reestruturação da Divisão de Segurança (Diseg) da UFRJ e o plano emergencial para a universidade ganham fôlego. Desde o dia 20 de setembro a vigilância patrimonial vem realizando rondas periódicas, com seis novos carros equipados com giroscópio e os radiotransmissores, para inibir as ocorrências no campus *cobrindo todas áreas e fazendo a segurança para os cursos noturnos. Em ato simbólico, no próprio dia 20, pela manhã, as chaves foram entregues pelo reitor, Aloísio Teixeira, e a Vigilância percorreu o* campus *do Fundão apresentando os carros à comunidade.*

A aquisição dos carros faz parte do plano emergencial de segurança, anunciado pela vice-reitora, Sylvia Vargas em maio, e que teve a participação dos vigilantes da UFRJ, que apresentaram propostas e reivindicações. Além dos carros, armamento, uniformes, reestruturação da Diseg, qualificação profissional e melhores condições de trabalho, porém, uma das principais reivindicações da Vigilância ainda não foi atendida: o porte de arma em serviço. A situação fica ainda mais complicada com a atuação mais ostensiva dos vigilantes. A Lei obriga autorização pela Polícia Federal.

PORTE DE ARMA – "Isso é muito preocupante. Temos procurado encontrar um meio de viabilizar esta questão, mas temos que cumprir algumas exigências da Polícia Federal, o que tem retardado a autorização do porte. Eu, o reitor e a vice-reitora fizemos recentemente uma reunião com o superintendente da Polícia Federal, José Milton Rodrigues, exatamente para tratar disso", explica o prefeito da UFRJ, Hélio de Matos. Em reunião com os supervisores de serviço, na última quinta-feira, o chefe da Diseg, Leandro Buarque, afirmou que esta foi a grande preocupação colocada pelos vigilantes patrimoniais da UFRJ.

Segundo o prefeito, a universidade está discutindo a realização de um convênio com a Polícia Federal – que ministrará cursos de tiro, defesa pessoal e teórico – que permitirá a viabilização da autorização. "São pré-requisitos que irão certificar os vigilantes na PF. Vamos também fazer testes psicotécnicos, através da DVST, e após isso iremos verificar quais os vigilantes que estarão aptos a obter a autorização. Isto é uma exigência da PF", explica Hélio. Até lá, o prefeito encaminhará o certificado do último curso feito pelos vigilantes para agilizar a autorização. Além disso, o prefeito anuncia que exames médicos periódicos e um curso de primeiros socorros e de brigada de incêndio serão feitos. "Aliás, na programação este será o primeiro a ser feito pela Vigilância", afirma.

MAIOR SEGURANÇA – Para maior controle, o *campus* terá três guaritas blindadas com cancelas e monitoramento de câmeras nas unidades. Até o fim do ano as três guaritas – localizadas na entrada principal da Cidade Universitária, atrás da creche e na ponte Oswaldo Cruz – estarão instaladas e o sistema de câmeras já poderá estar funcionando em algumas unidades. Uma câmera para teste será colocada no ponto de ônibus do CCMN. Atualmente, o *campus* do Fundão conta com sistema de monitoramento no Cenpes, da Petrobras, no Cepel, da Eletrobrás, no Parque Tecnológico e no NCE. O projeto e a tecnologia do sistema na UFRJ estão sendo produzidos pelo NCE e pelo Instituto de Matemática.

O prefeito pretende também colocar em funcionamento 25 postos de segurança na UFRJ, 12 no Fundão e os demais nas unidades externas. O primeiro deles será no bloco A do CT. "Precisamos implantar esse posto o mais rápido possível, devido à inúmeras ocorrências naquele centro. Depois será a Reitoria, e assim por diante, devido à necessidade da unidade", diz Hélio.

Segurança pública (monitoramento por câmera)
Monitoração UFRJ
Monitoração complementar (Cenpes e Parque Tecnológico)

Fonte: Prefeitura da UFRJ

Continuação da página 8

FUNDÃO

Falta pessoal

Três meses à frente da Prefeitura, Hélio de Matos, apesar de estar movimentado as ações na área de segurança, ainda gostaria de maior agilidade. "Tudo está se encaminhando, mas confesso que gostaria que fosse mais rápido. Porém, o ritmo da universidade, devido aos trâmites administrativos e legais, não é o mesmo", lamenta Hélio, que procura também recuperar o quadro de pessoal da Vigilância.

Em toda a UFRJ existem 227 vigilantes – segundo levantamento da PR-4 –, sendo que 165 exercem a função, os outros 62 estão em outras funções. Atualmente, a Vigilância trabalha em três plantões com 10 vigilantes e 1 plantão com nove. Uma estrutura alternativa foi montada para dar conta da ronda periódica, mas o que é preciso é mais pessoal trabalhando para atender ao novo sistema integrado de segurança na UFRJ. "Só para as rondas, precisaria de 60 homens no mínimo para ocupar os seis carros", diz o chefe da Vigilância, Leandro Buarque.

A presidente da Comissão de Segurança da UFRJ, Sylvia Vargas, o prefeito e a PR-4 têm procurado discutir com os vigilantes a necessidade – aqueles que assim o quiserem – de retornar à Diseg. No dia 5 de outubro nova reunião está marcada com os vigilantes. "Precisamos dos nossos vigilantes. Alguns já externaram o desejo de voltar à Divisão. E acredito que esse desejo cresça com a reestruturação que estamos realizando", diz Hélio, exemplificando as melhorias na sede da Segurança, que fica instalada num galpão da Prefeitura. As obras já começaram, e um novo ambiente de trabalho, inclusive com banheiro feminino e uma recepção para atender às ocorrências, será entregue aos vigilantes.

DENÚNCIA NA ESCOLA DE MÚSICA

Funcionários alvo de autoritatismo

Os funcionários da Escola de Música estão sendo postos à disposição pela direção da Escola sem uma justificativa plausível. Esse foi o assunto que tomou conta da reunião dos funcionários na última quinta-feira, 23. Até o momento quatro funcionários foram postos à disposição pela atual diretora, Harlei Aparecida Ebert Raymundo.

A indignação tomou conta dos funcionários presentes à reunião. Segundo eles, não há uma justificativa para os técnicos-administrativos estarem sendo colocados à disposição. Os funcionários estariam sendo dispensados por outras questões que não o desempenho profissional.

"Ninguém é boneco aqui. Tem que haver respeito com os funcionários. Não pode ser assim, eu não gosto de você então eu te mando embora", disse um funcionário.

Apesar de terem sido postos à disposição, os funcionários receberam avaliações positivas. Por isso, os servidores desconfiam de perseguição política.

"Está se configurando uma política de remanejamento de funcionários que não se encaixam, não profissionalmente, mas politicamente com os desejos da diretoria", afirmou outra técnica presente à reunião.

Um dos funcionários colocados em disponibilidade foi o coordenador do sindicato, Carlos Alberto. Carlos, que também recebeu avaliação positiva, não pôde pegar esse documento, pois a direção o retirou da seção de Pessoal.

"A diretora me chamou e disse que não teria outra opção se não a de me colocar à disposição. Até hoje não sei o porquê. Todos os que foram postos à disposição tiveram avaliação positiva. Isso é muito contraditório", afirmou Carlos Alberto.

Depois de mais de três horas de reunião, os funcionários tiraram uma comissão para elaborar um documento informando à direção o que foi deliberado pelos funcionários.

Segundo a coordenadora do sindicato, Neuza Luzia, presente à reunião, é necessário que os funcionários se unam para se defenderem de possíveis arbitrariedades.

"Não é possível as pes-soas trabalharem preocupadas se amanhã não serão eles os postos à disposição. Já vimos isso na Faculdade de Educação e isso nos faz pensar se essa situação não está se repetindo. Para que não sejamos alvo dessa arbitrariedade, temos que ficar juntos", afirmou a coordenadora.

A diretora da Escola convocou uma reunião com os funcionários para esta quinta-feira, 30, às 13h, com a participação da PR-4

REUNIÃO. Com a presença do SINTUFRJ, funcionários pedem respeito

APOSENTADOS ESPECIAL

Taxação provoca indignação

Aposentado afirma que taxação imposta pela reforma da Previdência é confisco

"Quem promoveu o rombo na Previdência foi o governo, que usou o dinheiro e nunca pagou. Agora obrigam que os servidores paguem toda essa dívida." Foi com indignação que o aposentado Denizart Moreira Sampaio Filho falou sobre a taxação de 11% sobre os servidores aposentados.

"A taxação de 11% dos aposentados é inconstitucional. Fere o direito adquirido, garantido pelo artigo 36 da Constituição, e reduz os salários, o que é proibido pelo artigo 37 da Constituição", afirmou Denizart. Aposentado de 1969, Denizart trabalhou de 1986 a 1991 como assessor de imprensa da Escola de Música. Denizart se diz decepcionado com a política e com os políticos mas diz que continuará lutando pelos direitos.

A taxação dos aposentados foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, que no dia 18 de agosto considerou constitucional o confisco dos servidores e aumentou o teto de isenção para R$ 2.508,72.

Para Denizart, o Supremo Tribunal Federal não poderia considerar constitucional a cobrança, pois isso altera a Constituição. "Modificar a Constituição é legislar. Os ministros que votaram a favor da cobrança legislaram, o que é atribuição do Legislativo e não deles. Para se alterar a Constituição é necessário que se faça uma constituinte, que o povo aprove e que o Congresso aprove", disse Denizart Moreira.

"A política deveria ser modificada. Os políticos deveriam ser formados em ética e politicamente em nome do Brasil.Os políticos deveriam servir ao povo. Enquanto estiver vivo, não abandonarei os companheiros nesta luta", afirmou.

"Sou de uma geração em que se dizia que o Brasil é o país do futuro. Estou chegando ao meu futuro e não estou vendo melhoras. Enquanto o país continuar pagando R$ 140 bilhões em juros para o FMI ele país não vai crescer. Pagar ao FMI é o mesmo que condenar os jovens ao desemprego e à criminalidade", conclui.

Foto: ABr

CONFISCO. No dia 18 o STF aprovou o confisco dos servidores

Reunião discute problemas

Os aposentados e pensionistas querem que a Reitoria melhore a qualidade do atendimento. Esta reivindicação foi feita na reunião mensal, realizada semana passada, no Espaço Cultural.

Este desejo parte da necessidade de um atendimento diário, haja vista que os aposentados e pensionistas quando precisam do atendimento em dias não determinados pela Reitoria têm de retornar às suas casas sem a prestação do serviço, ou a não-resolução do problema apresentado.

Além disto, foi solicitado que a Coordenação de Aposentados e Pensionistas do SINTUFRJ encaminhe documento ao reitor Aloísio Teixeira e à Pró-Reitoria de Pessoal solicitando prioridade no andamento de seus processos. O Estatuto do Idoso garante esta prioridade, por isso ele deve ser cumprido e respeitado pela Instituição.

Próxima reunião

21 de outubro, às 10h, na sede do Sindicato
Pauta: plano de carreira e ações judiciais

Depois da reunião haverá apresentação da peça teatral
"O Julgamento", encenada pelo grupo teatral Real em Cena. Este grupo é formado por aposentados de Furnas e empregados da FRC.

Sugestões: aposentados@sintufrj.org.br
www.sintufrj.org.br

SAÚDE

Próstata, fator de risco

Uma das doenças que mais causam a morte de homens no Brasil é o câncer na próstata. Segundo estimativa do Instituto Nacional do Câncer, cerca de 4 mil homens morrem por ano no Brasil da doença. O câncer de próstata é curável quando detectado rapidamente. Porém, se a pessoa não iniciar o tratamento enquanto o tumor ainda é pequeno o câncer pode se espalhar para outras partes do corpo tornando-se incurável. Por isso, é necessário que os homens se previnam.

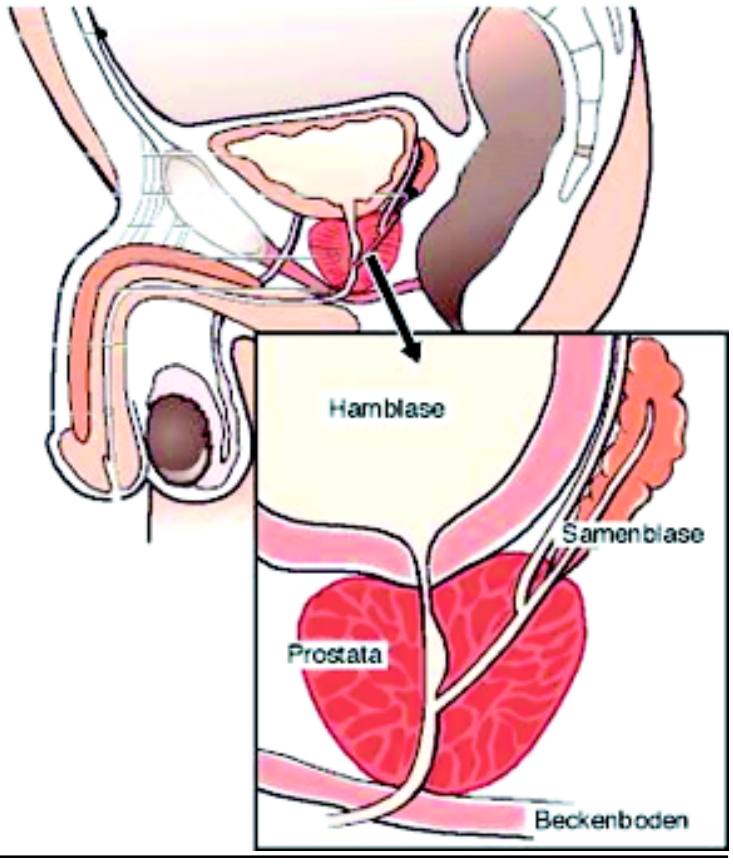
O QUE É O CÂNCER DE PRÓSTATA? - A próstata é uma glândula que fica localizada abaixo da bexiga dos homens. Ela é responsável pela produção de parte do sêmen. O câncer de próstata é uma doença que provoca um aumento das células da próstata.

A maioria dos cânceres de próstata cresce lentamente e não apresenta sintomas logo no início. Entretanto, quando o homem tem dificuldade de urinar, jato urinário fraco e aumento do número de micções deve procurar um médico. Esses sintomas não indicam que a pessoa está com câncer, mas exigem uma avaliação médica.

Os homens acima dos 50 anos devem fazer anualmente o exame de próstata para se prevenir da doença. Já homens que têm histórico de câncer na família devem fazer o exame a partir dos 40 anos.

Fatores de risco

Ter mais de 50 anos, histórico de câncer na família, ser negro (a incidência de câncer de próstata é maior em negros), ter uma alimentação rica em gorduras e pobre em vegetais e não fazer exercícios físicos aumentam as chances de câncer de próstata nos homens.



APOSENTADOS ESPECIAL

CULINÁRIA

SOPA DE BAIXAS CALORIAS
Ingredientes
1 berinjela média
1 nabo médio
2 maços de cebolinha verde
2 latas de purê de tomates
1 maço de aipo ou salsão
1 repolho grande
1 pacote de sopa de cebola
1 cebola média picada
3 cenouras médias
2 xícaras de vagem picada
4 litros de água

Modo de preparo Corte os legumes em pedaços pequenos ou médios e cubra com água. Ferva rapidamente por 10 minutos. Abaixe o fogo e mantenha em ponto de fervura por aproximadamente 40 minutos. Se desejar: tempere a gosto com sal, pimenta, curry, salsa, etc.

ACOMPANHAMENTO PARA A SOPA
1º dia: Sopa + todas as frutas: coma todas as frutas (exceto banana). Melancia e melão tem menos calorias. Para beber: chá, café, suco de uva - sem açúcar e água à vontade.
2ºdia: Sopa + todos os legumes: tome a sopa, com legumes crus ou cozidos e folhosos. Não consumir feijões secos, grão de bico, ervilhas e milho. Jantar pode comer uma batata grande cozida com manteiga. Lembre-se: hoje não coma frutas.
3ºdia: Sopa + frutas e legumes: tome e coma quanta sopa, legumes e frutas desejar.
4º dia: Sopa + banana e leite desnatado: coma até 8 bananas e quantos copos de leite desnatado quiser, mais a sopa.
5º dia: Sopa + bifes e tomates. Comer de 280 a 400 gramas de bife e 2 tomates médios ou 3 tomates pequenos, frescos e firmes. Beba de 6 a 8 copos de água Tomar a sopa uma vez dia
6º dia: Sopa + bifes e legumes: coma até 3 bifes grandes e legumes na quantidade razoável. Tome a sopa uma vez ao dia.
7º dia: Sopa + arroz e suco de frutas: dê preferência ao arroz integral e aos sucos sem açúcar e legumes à vontade. Tome a sopa uma vez ao dia.

Cantinho da Poesia

"Entre duas notas de música existe uma nota".

Entre dois fatos existe um fato

Entre dois grãos de areia

Por mais juntos que estejam

Existe um intervalo de espaço

Existe um sentir que é entre o sentir

È aquilo que ouvimos

E chamamos de silêncio.

Clarice Lispector

POLUIÇÃO

Vitória da garagem

Reitoria diz que vai transferir fábrica do Pólo Náutico

A Reitoria se comprometeu com a Divisão de Transportes a transferir até dezembro a Hollos do Brasil daquele local. Esse compromisso foi firmado pelo chefe de gabinete do reitor, João Eduardo Fonseca, na reunião de quarta-feira, 22, com os diretores da Divisão e na presença do SINTUFRJ. Naquele mesmo dia Fonseca iria se encontrar com o professor Fernando Amorim, responsável pelo Pólo Náutico, quando comunicaria a ele a decisão tomada, além de exigir a apresentação do contrato com a empresa e explicações por escrito sobre as contestações que fez ao laudo da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST). O laudo confirma as denúncias dos 47 funcionários do setor de exposição permanente a materiais tóxicos utilizados na confecção dos barcos, como a resina que exala um cheiro forte e provoca ardência nos olhos e narinas. Os riscos são de intoxicação e problemas respiratórios.

"Quem esperou dois anos por uma solução pode aguardar dois meses", afirmou o diretor da Divisão de Transportes, João Francisco de Souza. Além dos problemas de saúde que vem causando, a empresa Hollos do Brasil, que é incubada pelo Pólo Náutico, também está incomodando pela ocupação do espaço. Para acomodar todos os carros oficiais da universidade e as máquinas agrícolas da Prefeitura, os boxes destinados à manutenção dos veículos foram transformados em garagem, e mesmo assim ainda fica apertado, disseram os chefes de Controle de Frota e de Operações, Carlos Rodrigues Chaves e Miguel Ferreira dos Santos.

SOLUÇÃO DA REITORIA - De acordo com o chefe de gabinete do reitor, a idéia é transferir a Hollos do Brasil e o próprio Pólo Náutico para um dos galpões construídos pelo Metrô perto da Ilha do Catalão, que serviam de depósito de materiais. João Eduardo Fonseca explicou que já existe parecer jurídico para a recuperação da área pela UFRJ, mas que a Prefeitura estava tentando resolver a questão sem criar atritos com o governo estadual. Mas ele garantiu à Divisão de Transportes que de qualquer maneira em dezembro a Hollos sai da garagem. Esse prazo foi acordado entre as partes, porque é quase certo de o contrato com a empresa e a universidade de cessão de espaço terminar daqui a dois meses.

Foto: Niko Júnior

COMPROMISSO. A Reitoria se comprometeu, em reunião do dia 22, com a transferência

Bancários enfrentam sistema financeiro

Os bancários de todo o país, trabalhadores dos bancos públicos e privados, surpreenderam os banqueiros e até a direção de alguns sindicatos ao deflagrarem e sustentarem, há três semanas, a maior greve da categoria desde 1987. O movimento está mais forte no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, que praticamente pararam de funcionar em todas as localidades. E em todas as cidades brasileiras estão sendo realizadas paralisações de pelo menos um dia por semana nas agências bancárias da rede particular.

A categoria, que tem data-base em 1º de setembro, recusou a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) de reajuste salarial de 8,5% mais R$ 30,00 para quem recebe salário até R$ 1.500,00. Os banqueiros também propuseram pagar de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) um fixo de R$ 750,00 mais 80% do vencimento bruto dividido em duas parcelas, e uma cesta de natal no valor de R$ 217,00.

Foto: Niko Júnior

FORÇA. Assembléia dos bancários da semana passada reviveu momentos históricos

Reação histórica

A greve surgiu a partir das bases. A direção dos sindicatos dos bancários ligada à tendência Articulação foi atropelada. A categoria país afora realizou assembléias que impediram a Confederação Nacional dos Bancários de assinar o acordo proposto pelos banqueiros. Essa reação da categoria em todos os estados foi liderada pelo Movimento Nacional de Oposição Bancária, apoiada na disposição dos trabalhadores em lutar por uma proposta melhor.

Os bancários estão reivindicando 25% de aumento de salário, isonomia entre os antigos e os novos funcionários dos bancos públicos e PLR de R$ 1.200,00 para toda a categoria, pagos de uma única vez. Estão lutando também por um plano de reposição das perdas salariais: 100% para os trabalhadores do Banco do Brasil, 25% para os funcionários dos bancos privados e 122% para quem trabalha na CEF.

Liderança

Líder da histórica greve dos bancários de 1987, que na época era vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, e funcionário do Banco do Brasil há 28 anos, Cyro Garcia faz parte do Movimento Nacional de Oposição Bancária. Segundo ele, do ponto de vista da repressão e do enfrentamento, esta greve tem sido igual para trabalhadores de bancos públicos como privados. “Pela primeira vez o Banco do Brasil utiliza o “interdito proibitório”, que é uma medida judicial de garantia do acesso às dependências bancárias, mas que até então só foi utilizado pelos banqueiros por ocasião dos movimentos grevistas”, disse.

Em sua avaliação, essa atitude dos dirigentes do banco estatal é lamentável e compromete a liberdade democrática no país.

MEC dá cheque em branco

O Programa Universidade para Todos (ProUni), a menina dos olhos do ministro da Educação, Tarso Genro, começou com o pé esquerdo. As 37 adesões por instituições privadas de ensino superior, feitas independentemente da aprovação da lei e apresentadas como um sinal de sucesso, encobrem dois graves problemas: o Ministério da Educação (MEC) conhece mal as instituições que serão suas parceiras e o pouco que sabe mostra que a qualidade das faculdades e centros de ensino é ruim.

Levantamento feito pelo jornal *Correio Braziliense*, de Brasília, no cadastro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) mostra que das 37 instituições que já fazem parte do ProUni, 24 (75%) nunca foram avaliadas pelo MEC. Das 13 (35%) que participaram do Provão — método de avaliação criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso em 1996 e usado até ano passado —, a maioria obteve como resultado um festival de notas C, D e E. Dos 68 cursos avaliados, 21 ficaram com menções D e E, as piores possíveis. Apenas 3 receberam nota A, que é a maior menção.

Só para se ter uma idéia, a Universidade de Brasília (UnB), que não faz parte do ProUni, tirou nota máxima em 18 dos 24 cursos aferidos em 2003 — o que acontece em praticamente todas as universidades públicas. O Provão era o único mecanismo até hoje que existia para tentar avaliar a qualidade do que era ensinado nas salas de aula. Este ano, o Provão foi substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O levantamento do desempenho das escolas de ensino superior, de acordo com Marina Barbosa Pinto, presidente do Sindicato Nacional de Docentes de Ensino Superior (Andes), corrobora as críticas da entidade. “O MEC vai iludir os jovens que acham que vão conseguir, nas faculdades, competência para entrar no mercado, o que é um grande equívoco", afirma.